

Brasil, 3 de fevereiro de 2023

Excelentíssimo senhor Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva,

Excelentíssimo senhor Ministro da Casa Civil, Rui Costa,

Excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad,

Excelentíssima senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva,

Excelentíssimo senhor Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto,

Excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Marcelo Barbosa

É com grande expectativa que saudamos o novo Governo Lula, democraticamente eleito em 2022. Muitas das propostas do novo governo nos dão esperanças em melhorar os esforços ao combate às mudanças climáticas, com ênfase em maior atuação em defesa dos direitos humanos e dos biomas brasileiros. O discurso na COP 27 reforça esse sentimento e, ao lembrar as ações adotadas em seus governos anteriores, acreditamos que as tais propostas podem ser realizadas.

É função de um estadista pensar em seu país no curto, médio e longo prazo. Vivemos um momento em que considerar a questão socioambiental no planejamento da nação é urgente e também vital para a sobrevivência no futuro. O caminho, no entanto, é longo e desafiador, e gostaríamos de ressaltar um ponto pouco abordado, mas crucial para a conservação de florestas: o setor financeiro.

Mesmo após a assinatura do Acordo de Paris, o setor financeiro vem despejando bilhões de dólares em empresas com atividades relacionadas ao desmatamento das florestas tropicais, incluindo as cadeias produtivas de carne, soja e papel e celulose. Não por coincidência, o setor de commodities é dos que mais tem crescido no país, seja quando consideramos o mercado interno ou o de exportações. Entre 2013 e 2019, a agricultura comercial foi responsável pelo desmatamento de mais de 26 milhões de hectares na América Latina. Provavelmente, mais de 88% dessa conversão foi ilegal.<sup>1</sup>

O mais preocupante é que o desmatamento e os conflitos sociais no Brasil vêm aumentando progressivamente. Só será possível reverter essa tendência com atuação diligente de todos os atores da sociedade. O setor financeiro é uma das principais peças no tabuleiro e precisa ser melhor regulado. No Brasil, as medidas adotadas pelo setor em favor da sustentabilidade, seja ele público ou privado, são tímidas e ainda insuficientes face às necessidades. As instituições financeiras brasileiras figuram entre as piores em relação às políticas socioambientais em rankings mundiais.<sup>2</sup>

Tal situação é inaceitável e compromete o Brasil na proteção de seus cidadãos, de suas florestas e também na recuperação econômica justa. O Quadro Global de Biodiversidade Kunming, que

---

<sup>1</sup> [https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2021/05/Illicit-Harvest-Complicit-Goods\\_rev.pdf](https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2021/05/Illicit-Harvest-Complicit-Goods_rev.pdf)

<sup>2</sup> <https://forestsandfinance.org/pt/bank-policies/>

foi acordado em Montreal em dezembro, requer que os países adotem medidas para alinhar os fluxos financeiros com os objetivos de biodiversidade do acordo.

Apresentamos assim, recomendações fundamentais para uma regulação ao setor financeiro de forma a auxiliar o país a reconstruir a economia e a se desenvolver numa direção compatível com seus compromissos internacionais e, mais importante, compatível com a proteção do clima, das florestas e seus povos.

### **1. Aprimorar regras socioambientais para o setor financeiro**

Melhoria de regulamentações e requisitos socioambientais para assegurar que a concessão de crédito e investimentos, sejam privados ou públicos, não contribuam com atividades ilegais.

Alguns critérios já foram elencados em leis e regulações, no PPCDAm e em várias resoluções do CMN/Bacen, mas ainda diversos outros podem ser incorporados, aumentando a segurança dos empréstimos e investimentos. Critérios que sejam compatíveis com legislações internacionais como a proposta pela União Europeia sobre dever de diligência, e outras, podem inclusive qualificar o setor de exportação do país.

Os consórcios criminosos e as atividades ilegais na Amazônia (desmatamento, grilagem, garimpo e tráfico de animais, por exemplo) estão cada vez mais conectados economicamente e politicamente e, muitas vezes, as instituições financeiras atuam como investidoras de tais redes. Dessa forma, são necessárias medidas para tornar o combate a essa relação mais efetivo:

- Ratificar o Acordo de Escazú - Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe.
- Bloquear análises e aprovação de crédito sobre Florestas Públicas não Destinadas.
- Estabelecer a obrigatoriedade para instituições financeiras de enviar alertas às autoridades públicas quando detectam irregularidade e/ou ilegalidades socioambientais e/ou quando detectam transações financeiras suspeitas de estarem associadas à corrupção do setor de risco florestal.
- Capacitar órgãos relevantes, como o Coaf e a Polícia Federal, a cruzar e analisar diferentes bancos de dados a informações de operações financeiras, para facilitar a identificação de atividades ilegais e criminalizar a relação entre o sistema financeiro e atividades ilegais socioambientais.
- Exigir maior transparência sobre relações financeiras, especialmente quando se trata de crédito subsidiado. Divulgar, entre outros, os nomes dos beneficiados pelo crédito rural, assim como a área financiada, georreferenciada e integrar a informação na plataforma do Sicar.
- Apoiar plataformas para integrar dados fundiários, agrários, minerários, ambientais e de investimentos públicos (crédito rural público e privado)
- Fortalecer os mecanismos de transparência de dados de órgãos públicos.

### **2. Responsabilização do setor financeiro**

Tão importante quanto os critérios é a responsabilização criminal das instituições financeiras (e inclusive seus conselheiros) que estejam em desacordo com as regras de empréstimos do BCB e realizem operações financeiras de qualquer tipo com pessoas físicas ou jurídicas associadas ao desmatamento, à degradação e poluição ambiental e/ou a violações de direitos humanos durante toda a vigência do crédito e/ou investimento.

- O financiamento de atividades ilegais precisa ser tipificado como crime, inclusive com criminalização dos diretores e conselhos das instituições financeiras.

### **3. Diálogo com a sociedade civil**

Aumento da interlocução de órgãos-chave para a construção de critérios e diretrizes de empréstimos e outras operações financeiras - como Banco Central e Conselho Monetário Nacional - com a sociedade civil. A criação de um conselho nos moldes do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) - com participação de governos de diferentes esferas, especialistas, pesquisadores e sociedade civil - para discussão de propostas de transparência e regulação, com foco em sustentabilidade, pode ajudar a modernizar a atual metodologia de criação e adoção de regras e critérios relevantes as transações financeiras no Brasil.

### **4. Apoio às Finanças Sustentáveis**

Encorajar o alinhamento do sistema financeiro com o Acordo de Paris e Quadro Global da Biodiversidade Kunming-Montreal, para que o país seja uma referência em investimentos verdadeiramente sustentáveis e que esses também se tornem instrumentos importantes para o combate às mudanças climáticas e aliados à manutenção e recuperação da floresta e a proteção especial aos povos. Para isso, um início poderia:

- Incentivar o financiamento e o investimento nas atividades de mais alto nível de sustentabilidade, entre outros através de crédito subsidiado e outras políticas que estimulam o financiamento e o investimento em atividades sustentáveis, que incluem a proteção ambiental, a reparação socioambiental e o respeito a direitos;
- Desenvolver uma taxonomia para classificar atividades financiadas conforme a sua sustentabilidade;
- Aumentar os requisitos de capital para instituições com alta exposição a atividades de alto impacto socioambiental;
- Estimular o Banco Central a internalizar conceitos de sustentabilidade em garantias nos empréstimos e taxas de juros;
- Conceder novos incentivos econômicos e fortalecer os existentes para a exploração dos produtos da sociobiodiversidade, especialmente os referentes à agricultura familiar, agroecológica e ao agroextrativismo de baixo impacto ambiental com responsabilidade de reparação ecológica. Para isso é fundamental ampliar significativamente os recursos do Plano Safra referentes ao Programa ABC, com mudanças nas normas atuais e, como complemento, capacitar técnicos e instituições financeiras para facilitar o acesso aos recursos.

Os pontos acima só funcionam em uma condição de retorno a um Estado atuante dentro das leis, fortalecendo comando e controle, combatendo atividades ilegais, e implementando efetivamente as áreas protegidas. Com a execução dos pontos propostos, acreditamos que avançaremos muito em um sistema financeiro público e privado que nos ajude a construir um país que queremos e precisamos: um Brasil que seja mais igualitário nas oportunidades oferecidas aos seus cidadãos, honrando e protegendo a maior sociobiodiversidade do planeta.

Respeitosamente,

Amazon Watch

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira

Articulação Carioca por Justiça Socioambiental

Assembleia Popular na Cinelândia

Associação Alternativa Terrazul

Associação Civil Projeto Hospitais Saudáveis

Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú.

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi

Associação Ecocidade

Associação Rare do Brasil

BVRio

Casa do Rio

Coalizão Florestas & Finanças

COESUS - Coalizão Não Fracking Brasil

Concidadania

Conselho Pastoral dos Pescadores

Engajamundo

Fetagri Regional Ilhas do Marajó

Fiocruz

Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG)

Fundação ARAYARA

Greenpeace Brasil

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

Instituto de Referência Negra Peregum

Instituto Federal de Brasília

Instituto Internacional Arayara

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais

Movimento Baía Viva (RJ)

Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA

Nossas

Observatório do Carvão Mineral - OCM

Observatório do Clima

Observatório do Petróleo e Gás - OPG

Plataforma CIPÓ

Privatizar Faz Mal ao Brasil Reage Brasileiro

Projeto "Esse Rio é Minha Rua Minha Tua Murure"

Projeto Saúde e Alegria

Rede Fé Paz e Clima

Rede GTA

Sindicado Estadual dos Profissionais da Educação/Núcleo de Duque de Caxias

SOS BARUERI

Uma Gota no Oceano

Zambô do Movimento Negro de Caragatatuba SP